

# Lacunas de proteção na sociedade portuguesa: o papel dos seguros e fundos de pensões

**Portugal enfrenta hoje um conjunto de vulnerabilidades estruturais que ameaçam o seu futuro económico e social. Estas vulnerabilidades manifestam-se em lacunas de proteção profundas e diversificadas. Destacam-se, em particular, duas frentes distintas, mas igualmente urgentes: por um lado, o envelhecimento populacional, um fenómeno cada vez mais acentuado; por outro, as catástrofes naturais, de carácter súbito e potencialmente devastador.**

Neste contexto, o papel do setor segurador e dos fundos de pensões é insubstituível, contribuindo decisivamente para a construção de uma sociedade mais preparada e resiliente.

## **O desafio demográfico e a urgência da poupança com propósito**

O envelhecimento demográfico português, um dos mais elevados da União Europeia, tenderá a intensificar-se nas próximas décadas. Em 2024, existiam 38,6 idosos por cada 100 pessoas em idade ativa, sendo expectável que este rácio ultrapasse os 60 em 2050. Este fenómeno ocorre num contexto em que o risco de pobreza na população com mais de 65 anos permanece elevado, atingindo 17,8%.

Paralelamente, as projeções apontam para uma redução significativa da taxa de substituição das pensões públicas, a partir de 2042, devido ao cálculo da reforma passar a ser baseado na totalidade da carreira contributiva dos trabalhadores. Acresce que esta evolução penaliza alguns grupos da população, sendo particularmente relevante no caso das mulheres, mais expostas a carreiras contributivas incompletas ou interrompidas.

Neste âmbito, a poupança complementar para a reforma deixa de ser uma opção e passa a ser uma necessidade estrutural. No entanto, há um caminho significativo por percorrer. Os portugueses poupam, mas perdem, de forma sistemática, rendimento para a inflação. Falta capacidade de poupar com propósito.

**P**ortugal continua a apresentar um modelo de poupança pouco orientado para o longo prazo. Uma parte significativa da riqueza das famílias encontra-se concentrada em ativos pouco produtivos neste horizonte temporal, como a habitação e os depósitos bancários, enquanto os seguros de vida e os fundos de pensões têm uma expressão reduzida, representando apenas uma fração marginal do património financeiro.

Este padrão traduz-se numa dupla vulnerabilidade: por um lado, limita a capacidade de gerar rendimentos adequados na reforma; por outro, reduz o potencial de mobilização de capital para financiar a economia, nomeadamente em áreas estratégicas como a transição climática, a inovação e as infraestruturas.

Importa, por isso, promover uma mudança estrutural na forma como a poupança é concebida e utilizada. Os seguros e os fundos de pensões desempenham, neste domínio, um papel central, enquanto instrumentos que permitem transformar poupança em proteção efetiva e em investimento de longo prazo.

Os fundos de pensões, em particular, apresentam características especialmente adequadas a este objetivo: favorecem a disciplina de poupança e beneficiam de horizontes temporais que permitem estratégias de investimento diversificadas e com maior potencial de retorno.

Para reduzir esta lacuna de proteção e canalizar a poupança ao serviço da economia e das famílias, as orientações estratégicas são claras, assentes em quatro pilares fundamentais:

- promover maior transparência e informação, aumentando a literacia financeira, designadamente através da criação de sistemas que permitam aos cidadãos conhecer, de forma clara e integrada, os seus direitos futuros a pensões públicas e complementares;

- incentivar mecanismos de inscrição automática em regimes de poupança complementar, respeitando a liberdade individual através da possibilidade de saída voluntária;
- desenvolver produtos simples, transparentes e de baixo custo, com estratégias de investimento ajustadas ao ciclo de vida, investindo em ativos de maior crescimento na juventude e migrando gradualmente para a proteção de capital à medida que a idade da reforma se aproxima;
- estabelecer um enquadramento fiscal estável e atrativo, alinhado de forma inequívoca com os objetivos de poupança de longo prazo e que privilegie os cidadãos com rendimentos mais baixos, pois são os que mais necessitam de construir uma poupança complementar e os que têm menos folga para o fazer.

A ASF encontra-se a desenvolver propostas para a concretização destes quatro pilares, as quais serão oportunamente apresentadas ao Governo.

### **A ameaça catastrófica e o imperativo da preparação**

Se o desafio demográfico se desenvolve ao longo do tempo, o risco de catástrofes naturais é uma ameaça presente, tangível e de forte impacto sistémico.

Portugal apresenta uma vulnerabilidade estrutural relevante, no que diz respeito ao risco sísmico e à exposição a eventos climáticos, cuja frequência e intensidade tendem a aumentar em resultado das alterações climáticas.





*Uma parte significativa da riqueza das famílias encontra-se concentrada em ativos pouco produtivos, como a habitação e os depósitos bancários, enquanto os seguros de vida e os fundos de pensões têm uma expressão reduzida, representando apenas uma fração marginal do património financeiro.*

**A** pesar desta exposição, os níveis de cobertura seguradora permanecem insuficientes. No caso do risco sísmico, menos de 20% do parque habitacional está protegido. Nos riscos climáticos, concretizados em tempestades, inundações e incêndios rurais, as lacunas de proteção rondam os 50%. Uma parte significativa das famílias continua, assim, dependente de respostas públicas após a ocorrência de eventos extremos.

As consequências desta realidade vão muito além das perdas individuais. Um evento catastrófico de grande magnitude teria impactos sistémicos, afetando o crescimento económico, pressionando a estabilidade do sistema financeiro e exigindo a mobilização de recursos públicos avultados, frequentemente de forma não estruturada. Esta abordagem, além de ineficiente, gera incerteza e pode comprometer a celeridade da resposta em caso de eventos severos, condicionando simultaneamente a capacidade do Estado para dar resposta a outras prioridades estruturais.

Torna-se, assim, imperativo evoluir para um modelo assente na preparação e não apenas na reação. A criação de um sistema nacional de proteção contra catástrofes naturais constitui uma peça central dessa estratégia. Um sistema baseado numa lógica de responsabilidade partilhada entre cidadãos, empresas, setor segurador nacional, resseguradores internacionais de elevada credibilidade, mercado de capitais e Estado, capaz de assegurar uma cobertura alargada, previsível e financeiramente sustentável.

A existência de mecanismos pré-financiados permite não só acelerar a recuperação após eventos extremos, como também criar incentivos à prevenção, refletindo no custo do risco segurado a adoção de comportamentos mais responsáveis.

Importa ainda assegurar que este sistema é inclusivo. O novo sistema foi desenhado de forma a garantir uma cobertura ampla a nível nacional, mas com a preocupação explícita de assegurar a proteção social das pessoas que têm menores rendimentos.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões tem vindo a trabalhar de forma prioritária nesta matéria, tendo já apresentado ao Governo uma proposta de modelo de referência, contribuindo para a adoção de medidas que são decisivas para o futuro do País.

## Conclusão

O desafio das lacunas de proteção em Portugal exige uma abordagem integrada, que articule políticas públicas, inovação no setor financeiro e maior envolvimento dos cidadãos.

Os seguros e os fundos de pensões são instrumentos essenciais neste processo, não apenas como mecanismos de proteção individual, mas também enquanto expressões de mutualidade e de uma gestão estruturada do risco, que permitem a partilha eficiente de perdas e a sua antecipação ao longo do tempo. Ao agregarem riscos e ao promoverem a sua diversificação, estes mecanismos contribuem para a estabilidade económica e social, reforçando a capacidade coletiva de resposta face a choques adversos.

A construção de uma sociedade mais resiliente implica, em última análise, uma mudança de paradigma: passar de uma lógica reativa para uma lógica preventiva, em que os mecanismos de resposta são implementados e se encontram aptos a responder a eventos severos.

Os diagnósticos são conhecidos. As soluções estão identificadas. O momento exige, acima de tudo, ação. ✖